

QUARTETTO

CACAUICULTURA

PLANO DE CRESCIMENTO 2028

GIGANTE ADORMECIDO



EDUARDO BASTOS
Diretor executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC)

Somos uma potência agroambiental peculiar, cantada em prosa e verso, mas com uma participação tímida em todos os fóruns mundiais do cacau. Estamos posicionados como o terceiro maior produtor de alimentos, fibras e energia do mundo. A cada ano, aproximamo-nos dos Estados Unidos, o segundo maior. Quando tomamos uma *commodity* agrícola, provavelmente o Brasil figura entre os cinco maiores produtores, senão entre as três maiores regiões produtoras. Além das óbvias condições naturais favoráveis, como água, sol e terra, muito se fala do empreendedorismo dos nossos produtores rurais e de todos os agentes que os cercam antes e depois da porteira. Essa realidade fica evidente a qualquer um que se permita conhecer este País incrível.

É interessante como, às vezes, ao mesmo tempo, as dimensões colossais brasileiras nos trazem desafios e oportunidades. Recentemente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) divulgou um estudo acerca da nossa área protegida com reservas naturais, equivalente à área conjunta de 48 países na Europa. Cerca de dois terços do território nacional ainda seguem preservados, e, destes, um quarto está nos imóveis rurais. Ninguém preserva tanto quanto o produtor. O mais admirável é o estoque enorme de áreas já convertidas, das quais algumas em estado de degradação. Isso

mostra que podemos crescer sem desmatar 1 só hectare de áreas nativas.

Já no cenário internacional, fica clara a hegemonia do continente africano na cacauicultura: Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Camarões somam 73% da produção mundial. Se acrescentarmos mais a Indonésia (6%) e o Equador (6%), a participação sobe para 85% da produção de amêndoas na última safra (2017/18). Ficamos em um modesto sétimo lugar, com pouco mais de 4%. Mas, nada está garantido no futuro. Um dos maiores desafios aos produtores na África está em manter os jovens no campo, seja pelas condições mais adversas na qualidade de vida, seja pelo baixo potencial de crescimento; a maioria das lavouras não tem mais de 5 hectares, difícil para sustentar uma família, não raro com quatro ou mais pessoas.

E aí está, novamente, o nosso diferencial. Temos, por exemplo, os pequenos produtores do Tuerê, no município de Novo Repartimento, no estado do Pará. Cada produtor possui em torno de 50 hectares, sendo pouco mais de 10 hectares dedicados ao cultivo de cacau. Em poucos anos de intervenções, acompanhadas de uma coalizão de atores interessados, os produtores passaram de rendimentos anuais na faixa de R$ 250,00 por hectare para mais de R$ 2.500. O incremento foi expressivo, de dez vezes!

Pensemos nisso em uma região com colonos, vindos de todos os cantos do País para desbravar a terra na década de 1980. Estivemos lá, dormimos em camas simples e tomamos banho de chuveiro frio, mas a comida veio quentinha do fogão à lenha... Ainda falta o básico, como saneamento, luz, asfalto, dentre outros, mas ficamos convencidos da sobra de vontade. Com políticas de assistência técnica e acesso ao mercado, assistiremos, certamente, a uma revolução. Vimos produtores e filhos trabalhando juntos nesses lotes – gente batalhadora e perseverante; um potencial enorme desse gigante às vezes adormecido.

Não sairemos dessa situação apenas com planos mirabolantes e promessas típicas deste momento eleitoral. É preciso foco, muito trabalho e bons parceiros. O mundo pede a nossa ajuda. Precisaremos crescer a nossa produção de alimentos em mais de 40% na próxima década. Esta demanda é dada por organismos internacionais renomados como o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, também na sigla em inglês) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Estamos certos de que somente com uma coalizão forte, comprometida por atores e com voz e poder para ajudar, chegaremos aos nossos objetivos não só com o cacau, mas com o País.

O Brasil merece, e o mundo precisa.

NOVAS FRONTEIRAS PARA A SUSTENTABILIDADE

TIM MCCOY
Vice-presidente de Relações Internacionais & Com Membros da Fundação Mundial do Cacau (WCF, na sigla em inglês)

Nos dias 24 e 25 de outubro de 2018, executivos de empresas de cacau e chocolate, representantes de governos, líderes da sociedade civil e produtores de cacau de várias partes do mundo reunir-se-ão, em São Paulo, para a conferência anual de sustentabilidade da WCF, conhecida como Partnership Meeting. O tema do evento será "As Novas Fronteiras de Sustentabilidade do Cacau", com palestrantes especialistas tanto de países produtores, quanto de consumidores de cacau – incluindo o Brasil, é claro –, que estarão juntos para discutir avanços rumo a uma cadeia de valor sustentável de cacau.

Por que a WCF escolheu o Brasil para a Partnership Meeting – que é o nosso maior evento do ano – e por que nós selecionamos o tema "Novas Fronteiras"? O Brasil é uma potência global em agricultura tropical e, possivelmente, o antigo berço do *Theobroma cacao*. Nós estamos inspirados pelos

modelos inovadores de produção que estão começando a aparecer no País, pela história incrivelmente rica do cacau brasileiro e as suas raízes na Bacia Amazônica e pela marca duradoura que o cacau tem na vida de tantos brasileiros, especialmente na Bahia e no Pará.

O cacau, com o seu potencial de cultura agroflorestal, também pode ajudar o Brasil e a indústria de cacau e chocolate a atingirem algumas das metas ambientais que temos em comum. O Brasil é um produtor importante e, ao mesmo tempo, possui um grande mercado doméstico para cacau e chocolate. E nós temos que reconhecer que o setor cacaueiro brasileiro enfrenta desafios também encontrados em outros países, como baixa produtividade (em algumas áreas), renda insuficiente do produtor e ameaça de pragas e doenças.

A WCF acredita que a chave para "destravar" o potencial do setor do cacau brasileiro é uma maior colaboração entre todos os membros da cadeia de valor. Esta é a abordagem que nós temos perseguido com sucesso em outros países produtores de cacau importantes, desde a nossa criação em 2001. Como uma organização sem fins lucrativos, formada por membros, nós aproveitamos experiências únicas e o conhecimento de mais de cem empresas de cacau e chocolate do mundo todo e trazemos estas perspectivas para o nosso diálogo com governos, entidades da sociedade civil, produtores e muitos outros parceiros. Nossa visão é a de um setor cacaueiro próspero, em que produtores prosperam, as comunidades de cacau são empoderadas, os direitos humanos são preservados e o ambiente, conservado. A Partnership Meeting, o único evento global liderado pela indústria focado em sustentabilidade do cacau, é um exemplo de como estamos buscando atingir uma transformação na cadeia de cacau. Estamos ansiosos pela famosa hospitalidade brasileira e por uma rica troca de experiências em outubro!



QUARTETTO

CocoaAction BRASIL



PEDRO RONCA
Gerente da P&A Consultoria

A CocoaAction BRASIL é uma iniciativa colaborativa pré-competitiva que busca unir a cadeia de cacau para discutir temas relevantes em sustentabilidade, colaborando para que as empresas do setor privado trabalhem junto aos outros membros da cadeia de valor, unindo esforços rumo a objetivos comuns.

No Brasil, a CocoaAction começou em março de 2018, com o apoio das empresas Barry Callebaut, Cargill, Dengo, Mars, Nestlé e Olam, sendo construída em parceria com a AIPC e a Associação Brasileira da Industria de Chocolates, Amendoim e Balas (ABICAB), representantes de quatro Ministérios, cinco Secretarias de Agricultura e Serviços de Extensão dos principais estados produtores, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Centro de Inovação do Cacau (CIC), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau, certificadoras e outras entidades relevantes. A estrutura de governança da iniciativa já foi criada, e discussões sobre prioridades e ações futuras estão em andamento.

A iniciativa tem duração prevista de cinco anos e planeja, ao longo deste período, incluir outras empresas do setor de cacau e chocolate e aprofundar o engajamento institucional a fim de aproximar e estreitar parcerias entre os diferentes elos da cadeia.

PROTAGONISMO DA BAHIA E DO PARÁ

Em 1989, a praga vassoura-de-bruxa quase devastou a produção cacaueira, trazendo graves efeitos socioeconômicos e ambientais para as regiões de cultivo. Entre as safras 1990/91 e 2000/01, a produção de cacau na Bahia caiu de 356 mil para 98 mil toneladas. Foi com a contribuição da tecnologia que o controle da doença da fruta foi possível, desenvolvendo-se variedades tolerantes ao fungo.

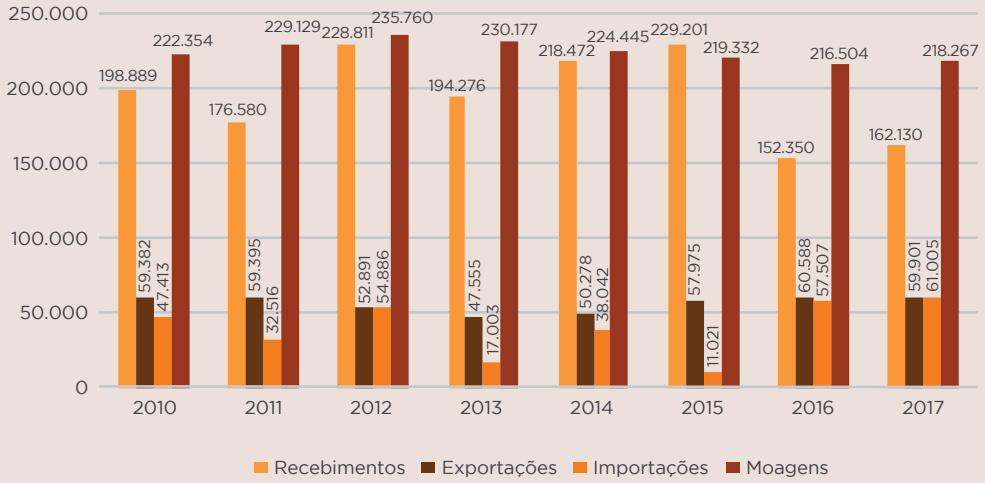
A produção de cacau da Bahia possui a safra considerada principal, que vai de outubro a janeiro, mais a safra chamada pelos produtores de "temporã", cuja colheita vai de maio a setembro e que registrou 36.876 toneladas em 2017. Foi a segunda pior produção de cacau da história desde que as safras da amêndoa foram divididas em duas, em 1958.

Os números do analista de mercado Thomas Hartmann apontam que o estado não amargava uma produção tão baixa desde a desastrosa safra de 1962/63, com 33.426 toneladas. Depois de uma colheita de 94.374 mil toneladas em 2015, a colheita também já tinha sido baixa, com 43.374 toneladas. Essa redução por dois anos consecutivos já era esperada pelos produtores. Desde setembro de 2015, a lavoura de cacau sofreu uma estiagem prolongada, considerada a pior dos últimos trinta anos, com graves sequelas para as lavouras. Cerca de 25% dos cacaueiros morreram. E as plantas sobreviventes precisarão de um tempo para retomarem seu estado fisiológico ideal, até que voltem a produzir normalmente.

Esse desempenho negativo fez a Bahia perder a liderança na produção de cacau em grão do País. Em 2016, pela primeira vez na história, o Pará consolidou-se como o maior produtor brasileiro e, desde então, ocupa o topo do *ranking*. A recuperação da produção baiana dependerá das condições climáticas, com chuvas abundantes para recompor os lençóis freáticos da região sul do estado. Se o clima permanecer estável, é provável que, no próximo ano, tudo esteja normalizado.

A safra de 2018/19 pode devolver à Bahia o título de ser o maior estado produtor de amêndoa. A área plantada no baixo sul, no sul e no extremo sul do estado caiu de 555 mil hectares para 440 mil entre 2006 a 2017. Essa diminuição é de 21,0%, o

BRASIL: RECEBIMENTOS, EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E MOAGENS DE AMÊNDOAS DE CACAU
(EM TONELADAS)



Fonte: AIPC

correspondente a 88,8 mil toneladas. Essa região dispõe de 370 mil hectares para a implantação de cacau. No ano passado, dali saíram 89 mil toneladas do fruto, o correspondente a quase 60% da produção nacional. Esses números são do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a regularização das chuvas no sul do estado, após três anos de seca, a produção pode chegar a 45 arrobas por hectare de cacau, o triplo da média nacional. O processo de produção também melhorou, com plantio consorciado, conservação de florestas e redução do desmatamento. O sistema cabruca* ajuda a preservar as árvores nativas da Mata Atlântica e garante o sombreamento dos cacaueiros. Com a evolução da tecnologia, a produção aumentará ainda mais.

A produção de cacau no estado do Pará mais do que dobrou de 2010 a 2017, de 64 mil para 132 mil toneladas. O crescimento médio foi de 9 mil toneladas por ano. Nesse período, a área plantada pulou de 110 mil para 160 mil hectares. Essa trajetória ascendente deve prevalecer nos próximos anos. A sua produtividade média por hectare é de 916 quilos, enquanto, na Bahia, é de 500 quilos.

No Brasil, devido a novas exigências do mercado, mudanças voltadas à qualidade do produto, com pagamentos de prêmios, estão em curso na comercialização do cacau. Os chocolates com alto teor de cacau e o conceito de "cacau de origem", por exemplo, compõem um segmento em plena expansão.

Tomando por base a comparação de janeiro a julho de 2018 com 2017, os recebimentos, as exportações, as importações e as moagens de amêndoas de cacau variaram, respectivamente, em 29,2%, -59,2%, 9,7% e -0,5%. Analistas de mercado preveem uma produção de cacau entre 170 mil e 180 mil toneladas. A capacidade nacional de moagem é de 275 mil toneladas. Um levantamento sistemático da produção divulgado em julho pelo IBGE prevê uma produção de 230,4 mil toneladas de amêndoas de cacau contra 214,3 mil toneladas no mesmo mês de 2017.

* Produção ecológica de cultivo agroflorestal baseada na substituição de estratos florestais por uma cultura de interesse econômico implantada no sub-bosque de forma descontínua e circundada por vegetação natural, não prejudicando as relações mesológicas com os sistemas remanescentes

PLANO DE CRESCIMENTO PARA 2028

Representantes da AIPC estiveram com o ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, em 21 de agosto. O motivo do encontro foi apresentar um plano de crescimento da cacauicultura no País. A pretensão é aumentar a produção anual no horizonte de 2028, do patamar atual de 180 mil para 400 mil toneladas. Isso significa retornar às quantidades produzidas na década de 1980 pelo estado da Bahia. Naquela época, o Brasil era o maior produtor mundial do produto.

O documento entregue ao ministro solicita apoio para a ampliação da assistência técnica e de investimentos para pequenos e médios produtores da região amazônica e de parte de Mato Grosso voltados para o aumento da produção. "Por ser uma planta nativa do bioma amazônico, não há problemas de desmatamento. Além do mais, existe uma experiência de sucesso na Bahia, de integração do cacau com a floresta", comentou Juvenal Cunha, diretor da CEPLAC.

SOLUÇÃO PARA ENDIVIDAMENTO

De acordo com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a dívida bruta acumulada ao longo dos últimos vinte anos pelos 18 mil produtores da cacauicultura baiana soma R$ 2,5 bilhões. Os credores são o Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB). Em 1998, parte desses empréstimos foram renegociados no Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). Agora, os agricultores pedem para o Tesouro reconhecer o valor original das operações realizadas no Plano de Renovação da Lavoura Cacaueira (PRLC), e não no PESA. Outra proposta é a de se conseguirem os mesmos benefícios dos pequenos produtores do semiárido na Medida Provisória (MP) nº 842, com a inclusão da emenda da senadora Lídice da Mata (PSB/BA). ■

QUARTETTO

